

DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CAMPOS DOS GOYTACAES/RJ: O PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ E EXPANSÃO DA PERIFERIA

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Universidade Estadual do Norte Fluminense
CCH LEEA PPGPS
teresa.uenf@gmail.com

Maria Alice de Oliveira Pohlmann

Universidade Estadual do Norte Fluminense
CCH LEEA
oliveira.pohlmann@gmail.com

Introdução

O Morar Feliz¹, programa habitacional de moradia popular da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes², iniciado no final de 2010, tem como objetivo garantir moradia digna para a população pobre da cidade, principalmente às famílias ou indivíduos vivendo em áreas de risco ou de vulnerabilidade social ou que já são atendidas pelo programa Aluguel Social³. Os conjuntos habitacionais do Morar Feliz, oficialmente designados "condomínios residenciais populares", são constituídos por unidades habitacionais unifamiliares conhecidas popularmente como "casinhas". As unidades habitacionais são concedidas segundo critérios e procedimentos estabelecidos no Decreto N°. 055 /2011 (D.O. 28.02.2011).

O presente trabalho parte do pressuposto de que por serem construídos, majoritariamente, nas áreas periféricas da cidade, os condomínios residenciais populares impulsionam e contribuem para a expansão e reconfiguração da periferia, no seu conteúdo social, material e simbólico, repetindo o modelo brasileiro de produção habitacional em larga

¹ O programa tem nome semelhante ao do programa estadual de habitação criado no período em que Rosinha Garotinho foi governadora do estado do Rio de Janeiro (2003-2006). Quando foi lançado, em 2010, previa a construção de 10.000 unidades, ao final de 4 anos, compreendidos entre 2009 e 2012 (período do 1º mandato da atual prefeita Rosinha Garotinho). Neste período, foram construídas 5.426 unidades, distribuídas em 14 condomínios situados em 10 bairros da cidade. Reeleita, a prefeita prometeu construir entre 2013 e 2016, as 4.574 unidades restantes. O Programa Morar Feliz, na primeira fase, foi financiado com recursos próprios, provenientes dos royalties do petróleo, um dos principais dinamizadores da economia da cidade. Nesta segunda fase, uma parte terá parceria com o MCMV.
Ver http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=21946, consulta em 04.12.2014.

² O município de Campos dos Goytacazes se situa na região Norte Fluminense; possui de 4.026.696 km² de área e 463.731 habitantes, dos quais 418.725 (90,3%) na zona urbana (IBGE,2010).

³ O "Aluguel Social" é um programa da Secretaria Municipal de Habitação da Família e Assistência Social da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, que beneficia famílias removidas de áreas de risco ou que tiveram suas casas condenadas, pela Defesa Civil Municipal, conforme a situação de vulnerabilidade e risco social.

escala por meio da aquisição de terras longínquas e baratas, sob a justificativa de diminuir custos para permitir o acesso dos pobres à casa própria.

No intuito de contribuir para a compreensão do processo de produção, transformação e dinâmica espacial da cidade capitalista contemporânea, nos esforçamos a demonstrar, baseadas em Harvey (1980), Gottdiener (1993), Lefebvre (1999), Soja (1993; 2010) que essa configuração dual centro-periferia a segregação e injustiça socioespacial observadas na cidade de Campos dos Goytacazes é o resultado de uma construção social e política ao longo da história a partir da ação e interação e conflitos de diferentes atores sociais, destacamos, em particular, a ação do papel do Estado. Em seguida analisamos a dinâmica espacial, identificando os principais processos socioespaciais passíveis de corroborar com a rápida transformação da periferia. E finalmente, buscamos ressaltar o papel do programa municipal de habitação popular Morar Feliz, na expansão e reconfiguração da periferia da cidade, transformando a paisagem rural e urbana, sem entretanto romper com a dualidade centro periferia e com as desigualdades socioespaciais.

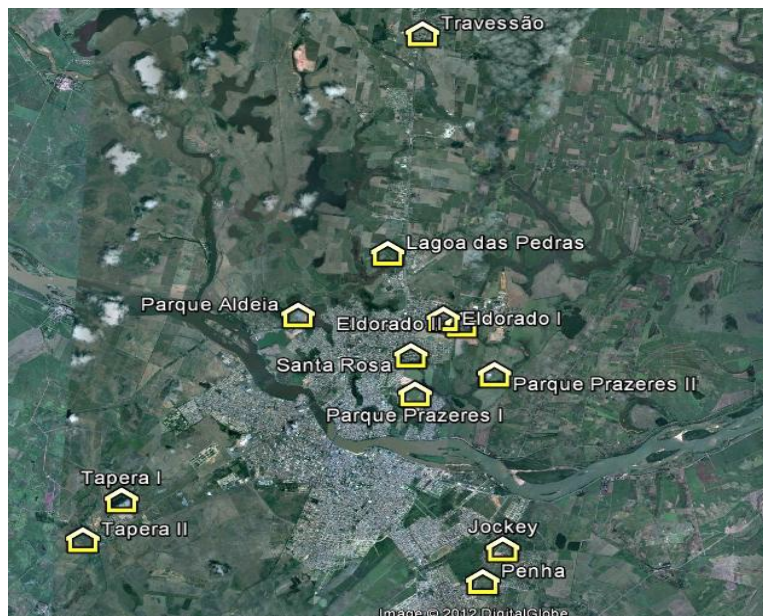


Figura 1. Morar Feliz: localização dos Condomínios: Fase 1

A maioria se localiza no Distrito Sede e um no 7º Distrito de Travessão.

Fonte: Empresa Municipal de Habitação, Saneamento, Urbanização (EMHAB)⁴.

⁴ <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>.



Figura 2. Morar Feliz: localização dos Condomínios: Fase 2
Observamos que a maioria se localiza nos Distritos e Sub Distritos.
Fonte: EMHAB.

A expansão de Campos dos Goytacazes, nas últimas décadas, se assemelha ao descrito por Sposito (2010): pela associação entre proprietários de terras localizadas no entorno das cidades e incorporadores urbanos os quais elaboram o projeto de parcelamento das terras localizadas no limite rural/urbano, conforme demonstram Zacchi (2002; Zacchi, et all. 2013).

Assim, apesar de se observar uma dinâmica territorial que vem transformando seus espaços centrais e periféricos social, física e simbolicamente, ainda se verifica que as áreas centrais são mais dotadas de recursos e serviços urbanos e habitadas por uma classe de alta renda e se caracterizam por um processo desenfreado de verticalização (Souza, 2011) e qualificadas como “nobres”. Enquanto as áreas periféricas são preponderantemente caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares, são carentes de recursos urbanos e habitadas, majoritariamente, pelas classes pobres e, portanto estigmatizadas negativamente.

À essa periferia, o poder público municipal Campos dos Goytacazes, para o bem e para o mal, acrescenta, a partir de 2010, condomínios habitacionais do Morar Feliz que, inclusive, já apresentam vários problemas de infraestrutura, violência (Faria e Pohlmann, 2013; Azevedo et all. 2013).

Dessa forma, reafirmamos que mesmo com a presença cada vez maior dos chamados enclaves territoriais (Caldeira, 2000): condomínios horizontais de luxo, shopping center (2011), empreendimentos comerciais de grande porte (hipermercados, concessionárias de veículos, hotéis) e grandes empreendimentos imobiliários (2014), dirigidos às classes de

alta e média renda, nas periferias, a configuração do espaço de Campos dos Goytacazes continua sendo marcada pela dualidade centro-periferia, onde a periferia torna-se cada vez mais distante do centro por meio da construção dos condomínios habitacionais do Morar Feliz.

É fato que com isso, a dinâmica territorial se torna cada vez mais complexa e contraditória e seu conteúdo social se expressa concretamente na periferia expandida, na presença das favelas e bairros pobres e na proliferação de conjuntos habitacionais populares, na formação de suntuosos condomínios fechados. Havendo, portanto, não apenas a expansão dos limites urbanos, como também, a dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e campo e de periferia, acompanhada de um processo contínuo de segregação-fragmentação-injustiça socioespacial (Faria, 2012; Faria e Pohlmann, 2013).

Correa (1986) alerta para de que as periferias são diferenciadas e assume que melhor seria falar, então, de setores periféricos. Assim, concordamos com Sposito (2004) que o conceito de periferia urbana no Brasil precisa ser revisto, tendo em vista que esses espaços vêm passando por profundas transformações no seu conteúdo socioespacial, tais como, os conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo, loteamentos clandestinos produzidos pelas práticas de auto-construção, e condomínios fechados para grupos de maior renda e a implantação de *shoppings centers*.

Na pesquisa consideramos todas essas transformações apontadas por Sposito, que como já constatamos, também ocorrem na cidade de Campos dos Goytacazes. Assim, a noção de periferia urbana, aqui empregada, além de referir-se à distância física em relação ao centro, está relacionada, como bem esclarece Domingues (1994), à distância sociológica a um centro, sendo este definido pela diversidade e pela densidade das relações sociais, pela intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais.

O processo da expansão urbana de Campos dos Goytacazes: a permanência da dualidade centro-periferia

O quadro de contraposição entre uma minoria de setores qualificados e uma maioria com condições urbanísticas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdade, correspondendo a uma situação de *exclusão territorial*. Sendo essa situação de exclusão a reprodução espacial da desigualdade de renda e da desigualdade social, o que pode ser analisado como injustiça espacial (Soja,2010)

Como já mencionamos, a expansão da cidade de Campos dos Goytacazes, tem ocorrido a partir da ocupação de antigas propriedades rurais próximas ao perímetro urbano, a favor da especulação, transformando gradativamente os usos e a paisagem das áreas periféricas urbanas (Zacchi et al, 2013). De fato, poucas paisagens são mais dinâmicas do que as paisagens das periferias urbanas, áreas que funcionam como uma interface de paisagem entre a cidade e o campo. A principal atividade econômica de Campos dos Goytacazes foi a agroindústria sucroalcooleira, que dividiu e configurou o território do município em dois espaços com funções e paisagens bem distintos: o espaço urbano definido pela instalação, ainda no século XVII, do seu distrito sede e das funções urbanas, e o espaço rural, ocupado predominante por propriedades rurais dedicadas à monocultura da cana de açúcar e por engenhos e usinas para a transformação industrial desse produto.

Desde a fundação da cidade, em fins do século XVII, o seu núcleo original, o lugar onde se instalou a Igreja Matriz, a Casa de Câmara e Cadeia, e mais tarde a instalação dos sobrados dos proprietários de terra e atividades comerciais, caracterizaram este espaço como o centro urbano principal do município, (Faria, 1998).

As sucessivas intervenções no espaço urbano, por parte do poder público, sempre priorizando o centro e adjacências, construíram a sua posição e representações de área privilegiada e hierarquizada, política, economicamente e simbolicamente, com relação às outras áreas da cidade (Faria, 2008).

A partir do século XIX, com o crescimento de sua economia, Campos dos Goytacazes vai ser palco de inúmeras e sucessivas intervenções urbanas: em 1837, ela recebe a visita e um plano do engenheiro do Imperial Corpo de Engenheiros Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde (Faria, 2003). A partir dos anos 1870, ao mesmo tempo que assistimos a implantação dos engenhos centrais e usinas, ocorrem instalação de infraestrutura e reformas urbanas e sanitárias (Pohlmann, 2003; Faria, 2005), cujo maior exemplo é o projeto realizado por Saturnino de Brito em 1902, *O Saneamento de Campos* (Faria e Quinto Jr, 2010), e as obras de *Melhoramentos Urbano*, na administração do médico Luiz Sobral, em 1916.

Paralelamente, inicia-se o processo de exclusão dos pobres das áreas centrais da cidade, pois as práticas sanitaristas, ao caracterizarem a população pobre e seu lugar de moradia como responsáveis pela transmissão das doenças e pela insalubridade dos centros urbanos, justificou-se a expulsão desta população perigosa das áreas centrais das cidades. Estas deveriam, doravante, serem ocupadas pelas elites urbanas (políticos, industriais,

comerciantes, profissionais liberais e intelectuais) em ascensão. O único caminho deixado para a população pobre foi o das periferias, sem infraestrutura (Faria, 2003).

As inúmeras e sucessivas reformas na Praça São Salvador, confirmando este espaço como sendo o que geográfica e simbolicamente, representa a cidade e o poder central, onde todos que passam pela prefeitura tem que deixar sua "marca" e ícones das "novas" concepções da arquitetura e urbanismo, sendo a última intervenção radical ocorrida na Praça São Salvador, em 2005⁵. A área central, nos limites do centro histórico, está sofrendo obras de revitalização segundo uma tendência mundial⁶. Na gestão Anthony Garotinho (1989-92) restaurou o histórico chafariz belga e, em 2013, a atual prefeita dota o dito chafariz de sistema de águas dançantes.

Após 1930, começam a surgir primeiros bairros periféricos, tais como Turfe Clube, Saco e Matadouro, caracterizados por uma ocupação de classes ou menos abastadas pobres (havia muitas "vilas", grupamentos de casas de trabalhadores das usinas ou de operários da Leopoldina, do Matadouro Municipal). Concomitantemente, as áreas contíguas ao centro vão se consolidando como bairros das camadas de mais alta renda, principalmente aqueles situados a oeste, como Beneficência Portuguesa e arredores e Alto do Liceu (Faria, 2005).

A expansão em direção às periferias

O Plano Urbanístico concebido pela empresa Coimbra Bueno, em 1944, no governo municipal de Salo Brand. Este plano planejou a expansão da cidade para além dos limites até então existentes. Mas ao privilegiar uma organização da cidade, a partir da separação dos usos do solo urbano (Plano de Zoneamento), orientar o sentido de expansão da cidade em direção às áreas periféricas, e definir o centro de como zona comercial, financeira e administrativa e como o "centro histórico", consolidou a importância da área central e adjacências, e suas representações de área privilegiada e hierarquizada, impulsionando o processo de divisão e diferenciação dos espaços, e, conseqüentemente, de segregação urbana (Faria 2001).

⁵ Essa reforma, ocorrida na gestão na Prefeitura Municipal do médico Arnaldo César Viana, (2005-2008) causando muita polêmica pela destruição de todas as árvores, pavimentação descaracterizando completamente a configuração e o paisagismo da Praça (Ver também <http://www.fmanha.com.br/cultura-lazer/do-verde-ao-concreto#> (Folha on Line, 13.10.2013, consulta em 01.12.2104).

⁶ Também alvo de críticas, pela qualidade da obras, dos materiais, pelas questões técnicas de sinalização e de mobilidade urbana.

Todas essas ações acabaram por configurar e ratificar definitivamente a área central, ou seja o núcleo original, como o “centro da cidade”, como o espaço urbano por excelência que concentra os serviços urbanos, os negócios, os equipamentos culturais, gerando as primeiras contradições no espaço urbano e a oposição centro-periferia.

Com o Golpe Militar (1964) iniciou um processo de “modernização tecnocrática” difundida pelos diversos setores do regime militar, os quais repercutiram sobre o espaço urbano, culminando com a proposta de elaboração de planos urbanísticos e diretrizes técnicas para normatizar as condutas na ocupação do espaço das cidades brasileiras (Moreira, 2010).

Neste contexto, em 1978, uma equipe técnica juntamente com o Prefeito e arquiteto Raul David Linhares elaboram o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC)⁷, que como os planos de desenvolvimento deste período se resumia um diagnóstico exaustivo e pouco operacional; de caráter tecnocrático, excluindo a política de sua concepção e horizontes. Ele se resumiu basicamente definir o zoneamento e uso da ocupação do solo.

O PDUC foi um instrumento urbanístico que impulsionou o processo de expansão urbana sobre as áreas rurais, ao publicar leis de mudanças de uso do solo e de conversão de terras rurais em urbanas, constituindo-se também, em uma ferramenta importante para entender a relação que se coloca entre o Estado e os proprietários de terras do entorno da cidade (Zacchi, 2012).

Já no Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes, de 2008, elaborado segundo às exigências do Ministério das Cidades, define novas áreas de expansão, libera a verticalização da área da Pelinca e mantém a maior das leis do PDUC e regula, através dos instrumentos definidos no *Estatuto da Cidade*, a ocupação dos espaços vazios para que exerçam a função social, criando zonas especiais de interesse social (ZEIS) destinadas à produção de novas moradias populares⁸. Porém Conti (2013) a falta de vontade política na aplicação dos instrumentos escolhidos, demonstra a existência de um Estado omissivo, em relação à aplicação das normas aos proprietários de vazios urbanos, e desidioso, em relação à cidadania de sua população, adotando políticas pontuais que não integram os espaços vazios

⁷ O PDUC (1979) foi desenvolvido através do convênio FNDU nº 13/78, celebrado entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas – CNPU, outros órgãos do governo federal, o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretária de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado. O referido convênio atribui ao Município de Campos a execução do PDUC com recursos próprios e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano. Assim, a prefeitura, através da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR – contratou e realizou os trabalhos com bases nos termos de referência elaborados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado – SECPLAN. O plano foi atualizado em 2002)

⁸ Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos, 2009.

ao contexto social e contribuindo para a manutenção de processos de periferização da população de baixa renda.

Os diversos programas de habitação de Campos dos Goytacazes (1990-2007)

Em Campos dos Goytacazes, a problemática habitacional, assim como no restante do país, é antiga. Segundo Póvoa (2002), as intervenções na questão habitacional se limitavam a ações pontuais e emergenciais em moradias precárias nas áreas periféricas e sujeitas a alagamentos. Para Oliveira & Pedlowski (2012) essa atuação limitada deveu-se em grande parte à realidade orçamental do município, que passava por uma forte escassez de recursos. Assim, entre final da década de 80 e ao longo da década de 90 o governo municipal de Campos só construiu 300 moradias, um número insignificante em relação ao número de famílias que moravam em área de risco definidas pela defesa civil.

Com a Constituição Federal de 1988, a questão habitacional foi descentralizada e passou a ser da corresponsabilidade dos estados e municípios, que passaram a criar e a gerir os seus próprios programas habitacionais. Como resultado desta mudança de ordem constitucional, diversos programas do setor habitacional foram desenvolvidos fora da esfera federal.

No final da década de 90, ocorre uma transformação radical dessa realidade orçamental em função da aprovação da Lei do Petróleo⁹ que estabelece como forma de indenização da exploração petrolífera na bacia de Campos a transferência de royalties. Com isso o orçamento municipal passou a ter muitos recursos para executar programas de assistência social, para aplicar na melhoria e ampliação da infraestrutura, sem que houvesse necessidade de firmar parcerias com o governo estadual e federal.

Segundo Oliveira & Pedlowski (2012) este aporte financeiro deixou o governo municipal numa situação bastante confortável no que tange a investimentos em diversos setores econômicos e sociais do município. Apesar disso, até 2002 foram mantidas parcerias entre o município e a CEHAB-RJ (Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de

⁹ Lei ordinária n.º 9 478, de 6 de agosto de 1997, que pôs fim ao monopólio da Petrobrás na exploração de Petróleo no Brasil e estabeleceu o pagamento de compensações financeiras aos Estados e municípios produtores através das *royalties* do petróleo e também das participações especiais pelo aumento na produtividade dos poços.

Janeiro, que resultaram na construção de 700 moradias através do Programa de Moradia a R\$1,00¹⁰.

Assim, a partir do final da década de 1980, vários programas habitacionais foram criados no município (Póvoa, 2002; Duarte, 2008), citamos alguns exemplos: “Pode entrar que a casa é sua” (1990-2008), “Vale-construção” (1991), “Cada família tem um lote” (1991), “SOS Habitação” (1993), loteamento "Terra Prometida" (1992); “Comunidade Legal” (2000, 2005, 2007 e 2008. “Casa Nova” (2007).

No Plano Diretor Participativo de 2008, observamos que a maioria das áreas destinadas para construção de moradia popular, as AEIS, são terras que pertenciam as usinas, fazendas ou canaviais, como pode ser verificado no mapa do referido Plano.

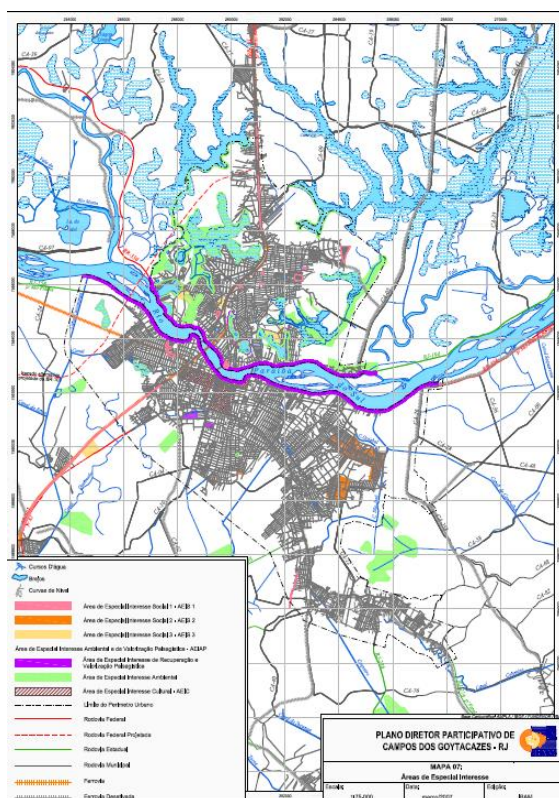


Foto 01 – Mapa as Áreas de Interesse Social.
Plano Diretor Participativo de Campos dos Goytacazes.
(Lei Municipal No. 7.972/2008).

¹⁰ Este programa foi executado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro entre o final da década de 90 e o início do século 21, onde as famílias beneficiárias deveriam pagar mensalmente o valor de R\$ 1,00 para a aquisição da moradia. Entretanto, grande parte destas famílias não chegou sequer a receber o carnê para o pagamento das prestações.

O Morar Feliz da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes "Minha cidade meu amor"¹¹

Durante a gestão de 2009/2012, foram entregues 5.426 casas distribuídas entre os quatorze conjuntos habitacionais localizados em dez bairros diferentes da cidade, sendo eles: Tapera, Eldorado, Parque Prazeres, Lagoa das Pedras, Parque Aldeia, Parque Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Esplanada e Travessão, todos localizados na periferia urbana de Campos. Entre 2013 e 2016 deverão ser construídas as 4.574 restantes.

Segundo o secretário da Família e Assistência Social, Geraldo Venâncio: “agora a Prefeitura fechou parceria com o Governo Federal, através da Caixa Econômica, para a implantação de três condomínios do Minha Casa, Minha Vida e beneficiar mais 2.061 famílias em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar mensal de zero a três salários mínimos”. As primeiras 602 unidades serão construídas no Parque Santa Rosa, com previsão de entrega para dezembro de 2014. “Os outros dois conjuntos - 563 casas em Donana e 896 no Jardim Aeroporto – ainda não tem definição de entrega, mas todos contarão com casas de dois quartos, sala, cozinha e banheiro”, acrescentou Venâncio.

O interessante é que o programa inicia com a proposta de construção de 10.000 casas, mas segundo Duarte (2008), Campos dos Goytacazes registrava um déficit habitacional de 11.511 moradias¹², em 2008 o que demonstra uma defasagem de 1.511 moradias e o problema habitacional da cidade não será sanado como é dito pelos seus representantes nos comícios e na imprensa local.

As casas são do tipo padrão, cada uma com área edificada de 43,08 metros quadrados em um lote de 140 m², exceto as de padrão de acessibilidade, com área edificada de 51m² em um lote de 160 m². Cada casa possui dois quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. Além de área de serviço com tanque. Não tem muro e são de cores diferentes. As instalações eletro hidráulicas seguem os parâmetros das normas de edificações.

¹¹ Slogan adotado pela Prefeitura.

¹² Dados da Fundação João Pinheiro



Foto 2 – Moradias e planta do Habitacional Morar Feliz da PMCG- fonte Secretaria Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento – PMCG(Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes)

Os conjuntos habitacionais estão em loteamentos planejados que seguem um padrão de arruamento, largura de calçadas, local para construção de escola, creche e praça poliesportiva (que na maioria das vezes não são construídos), rompendo com a tipologia dos bairros onde estão implantados. Na medida em que vão sendo habitados, no sentido do *habitar* definido por (Stock, 2004), ganham alterações, que lhes conferem características próprias, novos significados, constituindo novos territórios *engendrados e produzidos no cotidiano pelas práticas espaciais e pela interação dos atores sociais* (Di Méo, 1996). Esses novos territórios urbanos, marcados pela progressiva degradação, ocupação pelo tráfico de drogas, apresentam pouco a pouco a mesma precariedade das favelas, de onde a maioria dos moradores vieram por conta da política remocionista que acompanha o programa Morar Feliz. Dessa forma os conjuntos habitacionais do Morar Feliz sofrem os mesmos estigmas que marcam as periferias urbanas das cidades brasileiras: o lugar da exclusão, da carência, da pobreza, da violência, enfim das classes perigosas.

O condomínio de habitação popular Morar Feliz Esplanada

Santos (1998) afirma que a habitação é uma necessidade básica e uma aspiração do ser humano. A casa própria, juntamente com a alimentação e o vestuário é o principal

investimento para a constituição de um patrimônio, além de ligar-se, subjetivamente, ao sucesso econômico e a uma posição social mais elevada (Bolafi, 1977).

A função primordial da habitação é de abrigar, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos. Como obra arquitetônica, segundo Rapoport (1984) a função de abrigar não é sua única nem a principal função da habitação. O autor observa que a variedade observada nas formas de construção, num mesmo local ou sociedade, denota uma importante característica humana: transmitir significados e traduzir as aspirações de diferenciação e territorialidade dos habitantes em relação a vizinhos e pessoas de fora de seu grupo.

Vainer (2010) remarca que além de segregados e distantes do mercado de trabalho, os grandes conjuntos habitacionais se degradam, agudizando o empobrecimento de seus moradores, como o que vem acontecendo nos conjuntos por nós estudados.

O conjunto habitacional Morar Feliz Esplanada, construído em 2012, é um dos 14 conjuntos construídos e entregues pelo poder público municipal de Campos dos Goytacazes. Situado para além do bairro Parque Esplanada, em meio a terras rurais com canaviais e pastos. Em julho de 2012, 189 famílias que foram removidas da Ilha do Cunha, área de risco de enchente localizada às margens direita do rio Paraíba, nas proximidades dos bairros Caju e Pecuária, foram ali reassentadas.

O bairro Parque Esplanada resultou de um loteamento inserido no processo de expansão urbana de Campos, a partir da década de 1980, em direção às áreas periféricas, antes de uso rural. Mesmo período em que ocorre o processo de fragmentação com a construção do primeiros condomínios horizontais fechados (nas periferias próximas, conforme definido por Carvalho, 2003) e a verticalização em torno da Pelinca (áreas mais adjacentes ao centro). Esse processo acentua-se no final de 1990 e início de 2000, com o aumento do número de condomínios horizontais fechados (nas periferias mais distantes). O que é o caso do condomínio Rural NashVille, ali implantado por volta de 2004.

Designamos a área onde se situa, O Morar Feliz Esplanada de uma área de expansão periférica multifacetada, pois está construído numa área de uso rural, vizinha ao bairro de perfil popular, Parque Esplanada, onde também se localiza o residencial fechado de alto-luxo, o Condomínio Rural NashVille Park. Um canal que antes irrigava o canavial que existia nessa grande extensão de terra, hoje é local de despejo clandestino de esgoto e faz a separação entre os dois territórios (Di Méo, 1993; Raffestin, 1993; Haerbaert, 2002; 2010) demarcando de um lado, a segregação forçada e de outro, a auto segregação. O Condomínio Rural NashVille Park traduz a opção de se viver junto aos iguais, indiferentes à periferia dos

pobres, onde milhares de famílias se reproduzem em exíguas moradias, sem escolas, unidades de saúde, e distantes dos centros comerciais.

Este território é multifacetado, pois revela a pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana, das práticas socioespaciais e novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade (Sposito, 2004).

Elegemos, então, esta área para estudo de caso, porque a consideramos um exemplo interessante de periferia expandida expressando a diversidade do conteúdo social, e nesses sentido, a complexidade e contradição da dinâmica territorial, a qual discutimos anteriormente: a presença das favelas e bairros pobres e na proliferação de conjuntos habitacionais populares, na formação de suntuosos condomínios fechados. Havendo, portanto, não apenas a expansão dos limites urbanos, como também, a dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e campo e de periferia, acompanhada de um processo contínuo de segregação-fragmentação-injustiça socioespacial.



Foto 4 – Conjunto Morar Feliz Esplanada (no alto à esquerda), o Bairro Esplanada e Condomínio Nashville (abaixo, à esquerda). Fonte: Google Maps 2012

A remoção das famílias que estão na área de ação do PMF realiza-se com um cadastramento das famílias com ad assistentes sociais, que mantém o diálogo permanente com o intuito de convencer as famílias de saírem do local levando apenas seus pertences. Mas como em todo processo de remoção existe algumas divergências entre os moradores e a ação do poder público. É neste exato momento que se inicia o primeiro enfrentamento entre o

poder público municipal e os moradores de uma dada comunidade afetada através da resistência de deixar a casa que construiu (autoconstrução) ao longo do tempo.

O processo de remoção leva a um processo de desterritorialização seguido de uma reterritorialização (Haesbaert, 2002; 2010).

No caso dos moradores da Ilha do Cunha, o problema maior está na distância da escola dos filhos, do trabalho, na falta do posto de saúde, na ausência de transporte, mas em relação à vizinhança eles estão satisfeitos porque não houve a perda da relação de vizinhança. A moradora Helena (56 anos) durante a aplicação do questionário fez a seguinte observação: *“Doutora, a prefeita deu descarga na Ilha do Cunha e nos jogou aqui”*

O problema da mobilidade é muito sério neste conjunto, os moradores têm que andar uns 500 m para chegar a um ponto de ônibus que passa de dois em 2 horas. Tudo no entorno é muito caro e no conjunto não pode ter comércio, mas alguns transformam a sala em armazém, quitanda, bar ou fazem um puxadinho na frente da moradia. Mesmo assim os moradores preferem comprar no centro, no mercado municipal devido os preços serem mais baratos.

O programa habitacional é mal visto e repudiado por grande parte dos moradores do bairro Esplanada e dos moradores do condomínio de alto luxo. Os moradores do bairro devido à presença do tráfico de drogas. Além disso, o bairro tem carência de serviços de infraestrutura básica como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto, asfaltamento, etc. “conquistas” essas já implementadas na área do conjunto habitacional, gerando conflitos, pois estes serviços eram reivindicados pelos moradores do bairro e até então não foram atendidos pela prefeitura. Já os moradores do condomínio Nashville não gostam também da presença do conjunto habitacional Morar Feliz Esplanada por considerar seus moradores “favelados” que na visão deles constituem uma grande ameaça, tanto que aumentaram os muros, bem como a segurança do condomínio. Mas apesar destes conflitos as três áreas possuem um problema em comum que é o canal, pois além do mau cheiro, tem problemas com a presença de muitos mosquitos roedores e cobras.

Durante um período de chuva em dezembro de 2013 este canal transbordou e as duas ruas do conjunto ficaram alagadas gerando problemas materiais e de saúde entre os moradores. A prefeitura enviou funcionários ao local para resolver o problema, que teve uma solução de emergência e precária, isto significa que em uma forte chuva o problema voltará a afligir os moradores de conjunto que foram removidos justamente por viverem em área de risco.

No conjunto Morar Feliz Esplanada os moradores estão satisfeitos com o fornecimento de água e o esgotamento sanitário, comparado ao imóvel anteriormente ocupado, mas em relação aos serviços de transporte público, escola pública e creche demonstraram piora, em virtude da distância do conjunto ao ponto de ônibus do bairro, da irregularidade no horário e do número da frota utilizada no bairro, bem como da falta de vagas em escolas e creches.

Conclusão

O processo de formação e desenvolvimento das grandes e médias cidades brasileiras é marcado por um profundo processo de diferenciação, pois uma forte segregação socioespacial foi imposta às camadas mais empobrecidas da população, especialmente no que se refere à existência de infraestruturas e acesso a serviços públicos. Uma das formas mais evidentes desta segregação é a diferenciação no acesso à habitação.

A crise da falta de habitação que aflige os setores mais pobres da sociedade brasileira impede que parcelas significativas da população tenham acesso mínimo às condições de higiene, conforto e segurança. Em função desta situação, o Estado brasileiro formulou diversas soluções cujo objetivo manifesto era o de minimizar os problemas associados à falta de habitação.

É importante ressaltar que a moradia não se restringe mais à abrigar de forma isolada, mas inserida num ambiente dotado de serviços e equipamentos públicos, que proporcionem a inclusão social da comunidade ao espaço da cidade formal. Mas percebemos com alguns problemas nestes conjuntos pois estes suprem todos os serviços necessários para se ter uma boa qualidade de vida.

O conjunto Esplanada não teve a edificação dos espaços de lazer, praça, escola nem centro comunitário. Também não foi ponderado um espaço específico para o comércio, o que tem dificultado o cotidiano das famílias nos conjuntos, que se localizam distantes do centro da cidade. Alguns moradores vêm construindo pontos comerciais em suas moradias, o que infringe a destinação residencial instituída pela Prefeitura, embora este fato seja extremamente explicável quando pensamos na apropriação social deste novo espaço.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, o poder municipal implanta através do Programa Morar Feliz pode ter iniciado o processo de resolução do problema do déficit habitacional, mas ao mesmo tempo observamos que há destruição de um território periférico e a estruturação de outro, criando novos territórios urbanos periféricos que nos autoriza a dizer

que as periferias revelam mais explicitamente a produção e dinâmicas dos espaços das cidades no capitalismo contemporâneo.

Estes novos territórios, mesmo havendo planejamento do loteamento e dos condomínios populares, como instalação de infraestrutura, além das deficiências apontadas, são estigmatizados pelos moradores dos bairros onde estão inseridos. A inclusão das famílias no espaço urbano, assim como, sua visibilidade continua negativa.

Mas apesar dos problemas existentes, o programa Morar Feliz recebeu o Premio Selo de Mérito da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação. Esta premiação foi devida ao grande impacto regional, pois é o primeiro grande programa criado e realizado para minorar o problema do déficit habitacional. Além de tirar as famílias das áreas de risco, mesmo que essas remoções tenham problemas, como já foi mencionado acima. Esta premiação aconteceu no dia 15 de maio do corrente ano durante a sessão solene de abertura de 60º do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, em Brasília, DF.

Sem dúvida, o Morar Feliz impulsiona a expansão e reconfiguração da periferia (no seu conteúdo social, material e simbólico); cria novos territórios urbanos que estão em pleno processo de produção, o que torna difícil de defini-los ou nomeá-los; transforma a paisagem rural e urbana, sem entretanto romper com a dualidade centro periferia e com as desigualdades socioespaciais, reforçando os estigmas negativos que marcam as periferias das cidades brasileiras.

Referências Bibliográficas

Azevedo, S. ; Timóteo, G. M. ; Arruda, A. P. S. N. 2013. Habitação Social e Segregação Espacial: Implicações do programa municipal Morar Feliz , em Campos dos Goytacazes (RJ). In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. 37º Encontro Anual da ANPOCS.

Bolaffi, J. 1979. Para uma Nova Política Habitacional e Urbana: possibilidade econômica, alternativas operacionais e limites políticos. In Valladares, L. (ed.) Habitação em Questão. Rio de Janeiro, Zahar.pp-167-196

Carvalho, M. B. 2004. Proximidade espacial e distanciamento social: determinantes da segregação socioespacial, a percepção de segregados e auto-segregados. Um estudo de caso sobre a favela do matadouro e seu entorno. do Mestrado em Políticas Sociais. UENF.

Conti, E. F. 2013. Os Vazios Urbanos e a Função Social da Propriedade: o papel do Plano Diretor de Município de Campos dos Goytacazes/2008- Dissertação do Mestrado em Políticas Sociais – UENF.

Correa, R. L. 1986. A Periferia Urbana. Revista Geosul - UFSC. v. 1, n. 1. Florianópolis, pp. 70-78.

Di Méo, G. 1996. Les territoires du quotidien. Paris, L'Harmattan, coll. Géographique Sociale.

Domingues, A. 1994. Sub(úrbios) e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Série I. Vol. X/XI, Porto.pp.

Faria, T. J. P. 1998. Campos dos Goytacazes. Ressources et virtualités d'une ville brésilienne: données de l'histoire. Tese de Doutorado, GGSEU-EHESS, Paris, França.

_____. 2000. As Reformas Urbanas de Campos e suas contradições. O Plano de 1944 uma nova ordem social e urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, p. 1-14.

_____. 2001. Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 – Novos equipamentos e Infra-estrutura Urbana. (In) *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, vol.2,pp785-796.*

_____. 2005. Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina: Do Labirinto da Solidão ao Espaço da Solidariedade. São Paulo. v. 1. p. 78-99.

_____. 2011 Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas, no Brasil? In. Anais do III Congresso Internacional *Poderes, territórios, identidades.* UFES, Vitória.

Faria, T. J. P.; Pohlmann, M. A. R. O. 2004. A Aurora Letras-Artes-Sciencias e as questões de seu tempo. In: Os Urbanitas (São Paulo). , v.1, p.1 - 12.

_____. 2013. Políticas públicas e desigualdades socioespaciais: gestão para uma cidade justa? In: Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos. Lima.

Faria, T. J. P.; QUINTO JR., L. P. 2008. Os canais como estruturadores do Espaço urbano. Os projetos de Saturnino de Brito para Campos dos Goytacazes/RJ e Santos/SP. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. , v.1, p.1.

Gottdiener, M. A. 1993. produção social do espaço urbano. São Paulo, Edusp.

Harvey, D 1980. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec.

Haesbaert, R. 2002 .Territórios alternativos. São Paulo: contexto: EDUFF.

_____. 2010. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 5ª ed.

Kowarick, L. 1979. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lefebvre, H .1989. O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes,

_____. 1999. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP&A.

Maricato, E. 1994. Exclusão Social e Reforma Urbana. Proposta, n.62, p.51-56,

_____. 1996. A Metrópole na Periferia do Capitalismo. São Paulo: Hucitec.

Moreira Jr, O.2010. Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. Caminhos de Geografia. Uberlândia. V.13, n.33.

Mothé, N. G. 2011. Os impactos da implantação de novos empreendimentos na área ao entorno da favela Margem da Linha em Campos dos Goytacazes-RJ. Dissertação de Mestrado do Programa de Políticas Sociais - UENF.

- Oliveira, J. C. P & Pedlowski, M. A 2012. Estado e Programas Municipais de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes. Lisboa. Revista Análise Social, nr. 204 – Vol. XLVII. Terceiro Trimestre.
- Pohlmann, M. A. R. O; Faria, T. J. P. 2003 . Discurso Higienista na Construção da Cidade Moderna: o papel da revista A Aurora -Letras- Artes-Sciências. In: X Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento: repensando Teorias e Práticas, Belo Horizonte. v. 1. pp. 1-19.
- Póvoa, F.M.R. 2002. A Municipalização da Política de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989-2001). Dissertação de Mestrado, Programa de Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ.
- Raffestin, C. 1993. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática.
- Rapoport, A. 1984. Origens culturais da arquitetura. In: Snyder, J. C.; Catanese, A. Introdução á arquitetura. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Rolnik, R. 2002. É Possível Política Urbana Contra a Exclusão? . Serviço Social e Sociedade, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p. 53-61.
- Santos, M.1998. Espaço & método. São Paulo: Nobel.
- Stock, 2004. L'habiter comme pratique des lieux géographiques. In: Espaces Temps.net, Travaux.
- Souza, K. P. 2011. Produção da habitação urbana: da residência uni familiar aos edifícios de apartamento. Mudança na paisagem e desenho urbanos. Dissertação de Mestrado do Programa de Políticas Sociais - UENF.
- Sposito, M. E. B. 2004. Novos Conteúdos nas Periferias Urbanas das Cidades Médias do Estado de São Paulo, Brasil. Investigações Geográficas, Cidade do México, n. 54.
- _____.2010.A Questão Cidade-Campo: Perspectiva a partir da Cidade. In: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. Sposito, M.E.B; Witacker, A.M. (orgs). 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Soja, E.W. 1993 Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. 2010. Seeking Spatial Justice, *University of Minnesota Press, 2010.*
- Vainer, C. 2010. Habitação social: a solução existe e está ao alcance da cidade. Disponível em: <<http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/4/>> Acesso em: 25 abr. 2010.
- Zacchi, C.R. 2012. O Papel dos Proprietários Fundiários e do estado no Processo de Conversão de Terras Rurais em Urbanas e na Produção de Loteamentos Fechados: Campos dos Goytacazes/ RJ (1980/2011)- Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais - UENF.